



Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90012/2025 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 200005 - MJ-CGS-COORDENACAO GERAL DE LOGISTICA/DF

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto**



Avisos (1)

Impugnações (0)

Esclarecimentos (4)

26/08/2025 12:31 	<div>^</div>
<p>Pedido de Esclarecimento nº 04</p> <p>Segue pergunta:</p> <p>Considerando a Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, que dispõe sobre a reoneração gradual da folha de pagamento, com aplicação de alíquotas diferenciadas e progressivas para os próximos exercícios, solicitamos esclarecimentos quanto à forma correta de apresentação da proposta comercial no certame.</p> <p>Especificamente, pedimos a confirmação de:</p> <ol style="list-style-type: none">Se a proposta deve contemplar valor único e fixo para toda a vigência contratual, sem diferenciação das alíquotas anuais previstas na Lei nº 14.973/2024;Ou se será admitida a apresentação de projeções distintas por exercício, acompanhando a variação legal das alíquotas, de forma a refletir a composição real dos custos ao longo da execução contratual;Caso o MJ opte pela fixação de valor único, se estará assegurado à contratada o direito de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, quando houver impacto direto da variação tributária decorrente da aplicação da Lei nº 14.973/2024? <p></p> <p>Resposta ao Pedido de Esclarecimento nº 04.</p> <p>NOTA TÉCNICA Nº 82/2025/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ</p>	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08006.000740/2023-01	
INTERESSADO: STI	
Objeto	
<p>Trata a presente Nota Técnica sobre a consolidação acerca do Pedido de Esclarecimento nº 04 (32786950) no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 (32641668) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com remuneração mensal fixa, condicionada ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos, conforme quantidades e perfis profissionais mínimos previstos em ordens de serviço para o Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p> <p>do pedido de esclarecimento</p> <p>Questionamentos do pedido de esclarecimento nº 04:</p> <p>Se a proposta deve contemplar valor único e fixo para toda a vigência contratual, sem diferenciação das alíquotas anuais previstas na Lei nº 14.973/2024;</p> <p>Ou se será admitida a apresentação de projeções distintas por exercício, acompanhando a variação legal das alíquotas, de forma a refletir a composição real dos custos ao longo da execução contratual;</p> <p>Caso o MJ opte pela fixação de valor único, se estará assegurado à contratada o direito de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, quando houver impacto direto da variação tributária decorrente da aplicação da Lei nº 14.973/2024?</p> <p>resposta ao pedido de esclarecimento nº 04</p> <p>Pergunta 1: "Se a proposta deve contemplar valor único e fixo para toda a vigência contratual, sem diferenciação das alíquotas anuais previstas na Lei nº 14.973/2024"</p> <p>Resposta: Sim. A proposta deverá considerar os custos efetivos aplicáveis a data de sua elaboração e deverá observar a vigência total da contratação.</p> <p>Pergunta 2: "Ou se será admitida a apresentação de projeções distintas por exercício, acompanhando a variação legal das alíquotas, de forma a refletir a composição real dos custos ao longo da execução contratual;"</p> <p>Resposta: Não.</p> <p>Pergunta 3: "Caso o MJ opte pela fixação de valor único, se estará assegurado à contratada o direito de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, quando houver impacto direto da variação tributária decorrente da aplicação da Lei nº 14.973/2024?"</p> <p>Resposta: Sim. A proposta deverá observar a totalidade dos serviços e a duração do contrato. Quando aplicáveis os efeitos da desoneração, serão observada as condições legalmente estabelecidas para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>Conforme entendimento do Ministério da Gestão e Inovação em serviços Público - MGI: 43. Orientação sobre a reoneração gradual de folha de pagamento - alterações da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pela Lei 14.973 de 16 de setembro de 2024 (atualizada em 03/07/25), disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.google.com/search?q=minist%C3%A9rio+da+gest%C3%A3o+e+da+inova%C3%A7%C3%A3o+em+servi%C3%A7os+p%C3%BAblicos&sca_esv=e27c33830ba3d43f&source=hp&ei=AcataJPiNIHY1sQPsZTkmaE&iflsig=AOw8s4IAAAAAaK3UEaOdvPijOLOXTIU1wiz</p> <p>conclusão</p> <p>São essas as informações a serem prestadas.</p>	
26/08/2025 12:24 	<div>v</div>
<p>Pedido de Esclarecimento nº 03.</p> <p></p> <p>NOTA TÉCNICA Nº 81/2025/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ</p>	
26/08/2025 08:53 	<div>v</div>
<p>Pedido de Esclarecimento n° 02. Pergunta 1: "Em atenção às exigências constantes do edital, especialmente quanto à apresentação de atestados de capacidade</p> <p></p> <p>Resposta ao Pedido de Esclarecimento nº 02.</p>	
22/08/2025 12:31 	<div>v</div>
<p>Pedido de Esclarecimento nº 01</p> <p></p>	



> [Quadro informativo](#) > [Pregão Eletrônico : UASG 200005 - N° 90012/2025](#) [\(Lei 14.133/2021\)](#)

